



# SEVER DO VOUGA

município  
divisão financeira

bens e serviços

## Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho

---

**Município de Sever do Vouga**

---

**Gabinete de Contratação Pública**

---

**Processo 50.2.74/2024**

---

**Tipo Concurso Público**



**SEVER  
DO VOUGA**  
município

---

### **Aprovação e conhecimento**

Declaro ter conhecimento e aprovo o conteúdo do presente documento que compõe as peças do procedimento com o número de processo 50.2.74/2024, para o **“Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho”**

**O Presidente da Câmara,**

---

---

## PROGRAMA DE CONCURSO

### Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho

#### ÍNDICE

- Cláusula 1.<sup>a</sup>** - Identificação do Concurso
- Cláusula 2.<sup>a</sup>** - Entidade Adjudicante
- Cláusula 3.<sup>a</sup>** - Decisão de contratar
- Cláusula 4.<sup>a</sup>** - Júri do procedimento
- Cláusula 5.<sup>a</sup>** - Disponibilização das peças do concurso
- Cláusula 6.<sup>a</sup>** – Esclarecimentos e retificações das peças do concurso
- Cláusula 7.<sup>a</sup>** - Documentos que constituem as propostas
- Cláusula 8.<sup>a</sup>** - Propostas variantes
- Cláusula 9.<sup>a</sup>** - Prazo e Modo de apresentação das propostas
- Cláusula 10.<sup>a</sup>** - Prazo de manutenção das propostas
- Cláusula 11.<sup>a</sup>** - Critério de adjudicação
- Cláusula 12.<sup>a</sup>** - Análise das Propostas
- Cláusula 13.<sup>a</sup>** - Decisão de adjudicação
- Cláusula 14.<sup>a</sup>** - Notificação da adjudicação
- Cláusula 15.<sup>a</sup>** - Caução
- Cláusula 16.<sup>a</sup>** - Aprovação e aceitação da minuta do contrato
- Cláusula 17.<sup>a</sup>** – Despesas
- Cláusula 18.<sup>a</sup>** – Confidencialidade e segurança da informação
- Cláusula 19.<sup>a</sup>** – Legislação aplicável
- Cláusula 20.<sup>a</sup>** - Possibilidade de ajuste direto

#### Anexos

- Anexo A – Modelo da Proposta
- Anexo B - Declaração da equipa afeta ao serviço objeto do contrato
- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP
- Anexo V - Declaração para demonstração do cumprimento do disposto no artº 419º -A, conjugado com o nº2 do artº 451º, ambos do CCP
- Anexo IV - Modelo de declaração para verificação da existência de entidades especialmente relacionadas
- Anexo X - Modelo de declaração para designação do responsável pelo apoio ao cliente

---

Página em branco

---

## PROGRAMA DO CONCURSO

### Cláusula 1.<sup>a</sup>

#### **Identificação do Concurso**

O presente procedimento visa a celebração de um contrato para Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho organizado nos termos dos artigos 18.º, alínea b) do artigo 20.º, artigo 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adiante designado CCP.

### Cláusula 2.<sup>a</sup>

#### **Entidade Adjudicante**

1. A entidade adjudicante é o Município de Sever do Vouga, adiante designada por MSV, com sede no Largo do Município, 3740-262 Sever do Vouga, e com os seguintes contactos, para efeitos do presente procedimento:

Telefone: +351 234555566;

Correio eletrónico: [cm.sever@cm-sever.pt](mailto:cm.sever@cm-sever.pt)

*Website* oficial: [www.cm-sever.pt](http://www.cm-sever.pt)

2. Os interessados e concorrentes devem dirigir as comunicações destinadas ao Município de Sever do Vouga e ao júri do procedimento para o endereço e contactos referidos no número anterior.

3. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser realizados em plataforma eletrónica, devem ser praticados através do envio pelo correio, correio eletrónico ou telecópia, nos termos do n.º 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### **Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara em assonância com o determinado na alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### **Júri do procedimento**

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.

2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução do ato público do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

---

3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Disponibilização das peças do concurso**

1. O processo de concurso encontra-se patente na morada indicada no n.º 2 do artigo 2.º, onde pode ser consultado entre as 9h00 e as 16h30 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente.
2. O processo de concurso é constituído pelas seguintes peças:
  - 2.1. O Anúncio.
  - 2.2. O Programa do Concurso.
  - 2.3. O Caderno de Encargos.
  - 2.4. Anexos, se aplicável.
3. Acesso as peças do procedimento:
  - 3.1. As peças do procedimento serão disponibilizadas na Plataforma AcinGov, de forma livre, completa e gratuita, a partir da data da publicação do anúncio.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Esclarecimentos e retificações das peças do concurso**

Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e apresentar lista com a identificação expressa e inequívoca de erros e omissões, caso sejam detetados até ao dia anterior ao termo do prazo para entrega das propostas, respeitando as condições previstas nos artigos 50.º e 116.º do CCP.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Documentos que constituem as propostas**

A proposta, deve ser constituída pelos seguintes elementos que constituem os atributos da proposta:

1. Proposta de preço (modelo ANEXO A).
  2. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (modelo ANEXO I).
  3. Comunicação se existem (e identificadas) outras entidades especialmente relacionadas (n.ºs 2 e 6 do artigo 113.º do CCP), de acordo com o modelo ANEXO IV.
  4. Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes, ou cópia da declaração de início de atividade no caso de se tratar de empresário em nome individual, ou ainda, no caso de Associação a ata da assembleia geral que designa a direção e a respetiva escritura pública de associação.

Nota: Quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração), com exceção dos casos em que o certificado digital utilizado permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
  5. Declaração, sob compromisso de honra, de que a equipa a afetar os serviços, objeto do contrato a celebrar, correspondem aos perfis e níveis de experiência específicos no Caderno de Encargos e nos requisitos nele propostos, de acordo com o ANEXO B.
-

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Propostas variantes**

1. Não é admissível a apresentação de propostas que alterem quaisquer pontos, artigos ou cláusulas do Programa do Concurso ou do Caderno de Encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.
2. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
3. Para efeitos do presente concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Prazo e Modo de apresentação das propostas**

1. A proposta deve ser apresentada até às 17:00 horas do prazo indicado no anúncio publicado no Diário da República.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma AcinGov.
3. Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 27.º da Portaria 701-G/2009 de 29 de julho.
5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Sever do Vouga, nos termos do art.º 137.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Quando aplicável, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do art.º 54.º, n.º 7, da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

Cláusula 10.<sup>a</sup>

**Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita de acordo como o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta o **critério do monofator**, designadamente o **preço**, enquanto único critério de avaliação, uma vez que todos os elementos do contrato estão devidamente definidos nas peças do procedimento.

---

2. É obrigatório a apresentação de preços para todos os artigos do mapa de quantidades, sob pena de exclusão da proposta.

3. O critério de adjudicação das propostas é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta a avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência.

4. Critérios de desempate:

4.1. Critérios de desempate:

4.2. Em caso de igualdade de preço entre as propostas, proceder-se-á ao sorteio presencial dos interessados.

4.3. Regras do sorteio:

4.3.1. Notificação dos concorrentes empatados, do dia, hora e local para o sorteio;

4.3.2. O sorteio decorrerá na presença do júri;

4.3.3. O nome dos concorrentes com propostas de igual preço será escrito em papel de igual gramagem que será dobrado em dois e colocados em envelopes brancos e iguais. Os envelopes serão colocados em um saco opaco;

4.3.4. Um elemento do júri retira um envelope. E em voz alta menciona o vencedor;

4.3.5. Será lavrada ata e assinada por todos os presentes a qual fará parte integrante do Relatório Final.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Análise das Propostas**

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

2. Após a análise das propostas e a aplicação dos critérios de adjudicação será elaborado, pelo Júri, fundamentalmente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.

3. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, nos termos do art.º 146.º do Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Decisão de adjudicação**

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o Município de Sever do Vouga procede à adjudicação da proposta posicionada em primeiro lugar.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Notificação da adjudicação**

Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação é solicitado ao Prestador de Serviços para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar:

1. Os documentos a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

- i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, o da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;



- 
- ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iv. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artº 81º se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
- 2. Declaração para demonstração do cumprimento do disposto no artº 419º-A, conjugado com o nº2 do artº 451º, ambos do CCP, de acordo com o Anexo V.
  - 3. Designação do responsável pelo apoio ao cliente, para cumprimento do ponto 2.4 do caderno de encargos, de acordo com o modelo de declaração (ANEXO X).
  - 4. Nos termos da Portaria N.º 200/2019, declaração do beneficiário efetivo (RCBE).
  - 5. Documentos comprovativos das qualificações e do cumprimento de deveres legais necessários de todos os membros de equipa apresentada pelo concorrente, nos termos das respetivas exigências aplicáveis ao exercício específico das funções objeto da presente aquisição de serviços.
  - 6. Autorização para prestação de serviços externos de saúde do trabalho emitido pela Direcção-Geral da Saúde.
  - 7. Comprovativo de seguro de responsabilidade civil profissional para o exercício da atividade de pessoa coletiva e das pessoas singulares se for esse o caso.
  - 8. Caso se verifique falta de algum documento cuja irregularidade não seja imputável ao adjudicatário, este tem um prazo adicional de 5 (dias) dias, para suprir a irregularidade sob pena de caducidade da adjudicação.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Caução**

Não será exigida a apresentação de qualquer caução, atendendo ao disposto da alínea a) do n.º 2, do art.º 88.º do CCP, ou seja, por se tratar de um contrato com preço contratual inferior a € 500.000,00, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

- 1. A minuta do contrato a celebrar será submetida à aprovação por parte da Câmara Municipal de Sever do Vouga, em simultâneo, com o relatório final para efeitos de adjudicação, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP.
- 2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, o Presidente da Câmara Municipal notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

---

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Despesas**

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Confidencialidade e segurança da informação**

1. As partes se comprometem a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril e da Lei 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e ou dos seus colaboradores, prestadores de serviço subcontratado, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis (incluindo o RGPD).

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislações subsidiárias, nomeadamente na legislação específica aplicável.

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Possibilidade de Ajuste Direto**

O Ajuste Direto poderá ser utilizado nos seguintes termos:

1. Caso todas as propostas tenham sido excluídas com fundamento no n.º 2 do art.º 70.º e de acordo com o n.º 2 do art.º 24.º do CCP.
  2. Caso se verifique a necessidade de repetição de serviços similares, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 27.º.
-

---

Anexo A - MINUTA DA PROPOSTA

---

Proposta de Preço

..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Concurso público “**Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho**”, que o Município de Sever do Vouga pretende levar a cabo, a que se refere a que se refere o anúncio de concurso publicado no Diário da República, n.º....., de.../.../..., obriga-se a executar o referido serviço, pelo valor global de \_\_\_\_\_ (extenso) em harmonia com o exigido no Programa do Concurso, Caderno de Encargos e proposta.

Às quantias supra acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(local),... (data),...

[assinatura]

---

ANEXO B - [Declaração da equipa afeta ao serviço objeto do contrato]

---

**Declaração**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( 1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a equipa a afetar aos serviços objeto do contrato a celebrar correspondem aos perfis e níveis de experiência específicos no Caderno de Encargos e nos requisitos nele propostos.

... (local),... (data),... [assinatura ( 4 )].

---

ANEXO I - [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

---

### **Declaração**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( 1 )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ( 2 ) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ( 3 ):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ( 4 )].

( 1 ) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

( 2 ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( 3 ) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. os 2 e 3 do artigo 57.º

( 4 ) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

---

ANEXO II - [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

---

**Declaração**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ( <sup>2</sup> ) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ( <sup>3</sup> )] os documentos comprovativos de que a sua representada ( <sup>4</sup> ) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ( <sup>5</sup> )].

( <sup>1</sup> ) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

( <sup>2</sup> ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( <sup>3</sup> ) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

( <sup>4</sup> ) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

( <sup>5</sup> ) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

---

ANEXO IV - Modelo de declaração para verificação da existência de entidades especialmente relacionadas

---

**Declaração**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

1 - Tomou conhecimento que por entidades especialmente relacionadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada não está especialmente relacionada com nenhuma outra entidade.

**ou**

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada está especialmente relacionada com as entidades a seguir identificadas:

- ...(*firma, número de identificação fiscal*...);

- ...(*firma, número de identificação fiscal*...);

- ...

- ...

3 - Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

4 - Que o Código de acesso à Certidão Permanente da ... é o seguinte: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ .

... (local),... (data),... [assinatura ( <sup>2</sup> )].

---

---

**ANEXO V – Trabalhadores a afetar à execução do contrato e respetivo vínculo contratual**  
[declaração para demonstração do cumprimento do disposto no artº 419º -A, conjugado com o nº2 do artº 451º, ambos do CCP]

---

**Declaração**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no artº 419-A, conjugado com o número 2 do artº 451º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetarà à prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo Laboral

... (local),... (data),... [assinatura ( <sup>2</sup> )].

---



---

ANEXO X - Modelo de declaração para designação do responsável pelo apoio ao cliente

---

**Declaração**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que o responsável pelo APOIO AO CLIENTE, abaixo designado, prestará todo o apoio necessário relacionado com o contrato.

Nome: \_\_\_\_\_

Contato móvel direto: \_\_\_\_\_

e-mail direto: \_\_\_\_\_

... (local),... (data),... [assinatura ( <sup>2</sup> )].

---

## **Serviços no âmbito de Medicina no Trabalho**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **Parte I**

##### **Cláusulas Gerais**

- Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto**
- Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato**
- Cláusula 3.<sup>a</sup> – Prazo**
- Cláusula 4.<sup>a</sup> - Obrigações gerais do Prestador de Serviços**
- Cláusula 5.<sup>a</sup> – Encargos Gerais**
- Cláusula 6.<sup>a</sup> – Objeto do dever de sigilo**
- Cláusula 7.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo**
- Cláusula 8.<sup>a</sup> – Preço contratual**
- Cláusula 9.<sup>a</sup> – Condições de pagamento**
- Cláusula 10.<sup>a</sup> – Penalidades contratuais**
- Cláusula 11.<sup>a</sup> – Casos Fortuitos e Força Maior**
- Cláusula 12.<sup>a</sup> – Resolução por parte da entidade adjudicante**
- Cláusula 13.<sup>a</sup> – Resolução por parte do adjudicatário**
- Cláusula 14.<sup>a</sup> – Caução/retenção**
- Cláusula 15.<sup>a</sup> – Seguros**
- Cláusula 16.<sup>a</sup> – Responsabilidade das partes**
- Cláusula 17.<sup>a</sup> – Subcontratação**
- Cláusula 18.<sup>a</sup> – Cessão da posição contratual pelo adjudicatário**
- Cláusula 19.<sup>a</sup> – Foro competente**
- Cláusula 20.<sup>a</sup> – Deveres de informação**
- Cláusula 21.<sup>a</sup> – Notificações e comunicações**
- Cláusula 22.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**
- Cláusula 23.<sup>a</sup> – Confidencialidade e segurança da informação**
- Cláusula 24.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

#### **Parte II**

##### **Cláusulas específicas**

- Cláusula 25.<sup>a</sup> – Enquadramento**
- Cláusula 26.<sup>a</sup> – Objetivo**
- Cláusula 27.<sup>a</sup> – Atividades Principais**
- Cláusula 28.<sup>a</sup> – Serviço de segurança no trabalho**
- Cláusula 29.<sup>a</sup> – Garantia do Serviço**
- Cláusula 30.<sup>a</sup> – Serviços de Saúde no Trabalho**
- Cláusula 31.<sup>a</sup> – Resultados dos exames**
- Cláusula 32.<sup>a</sup> – Garantia mínima de funcionamento do serviço de saúde no trabalho**
- Cláusula 33.<sup>a</sup> – Formação**
- Cláusula 34.<sup>a</sup> – Serviços a prestar no âmbito do serviço de medicina curativa**
- Cláusula 35.<sup>a</sup> – Periodicidade dos serviços de medicina curativa**
- Cláusula 36.<sup>a</sup> – Local da prestação dos serviços**
- Cláusula 37.<sup>a</sup> – Meios Humanos/equipa técnica**
- Cláusula 38.<sup>a</sup> – Acompanhamento da execução do contrato**
- Cláusula 39.<sup>a</sup> – Despesas**
- Cláusula 40.<sup>a</sup> – Duração do contrato**
- Cláusula 41.<sup>a</sup> – Plano de pagamentos**
- Cláusula 52.<sup>a</sup> – Preço base para efeito de concurso**

#### **Anexo - VIII – Acordo de Tratamento de Dados Pessoais**

---

Página em branco

---

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I CLÁUSULAS GERAIS**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal na prestação de serviços de consultoria jurídica, nomeadamente em processos judiciais de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos descritos no presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e integra ainda os seguintes elementos:
  - 1.1. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - 1.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - 1.3. O caderno de encargos;
  - 1.4. A proposta adjudicada;
  - 1.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo indicado nas cláusulas específicas, com início na data da assinatura do contrato, caso este seja reduzido a escrito, ou após a comunicação da adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações gerais do prestador de serviços**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas

---

cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

1. Cumprir com todas as obrigações relativas ao objeto do contrato.
2. Cumprir com os prazos estipulados.
3. Executar o fornecimento de bens, com observância das normas vigentes e que se relacionem com o fornecimento em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
4. Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos necessários.
5. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
6. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que não são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem necessários.
7. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao contraente público relativos à aquisição de serviços, objeto do contrato, e que resultem da sua ação ou omissão.
8. Não ceder a sua posição contratual.
9. Designar um interlocutor para reunir com o responsável do contraente público (Gestor do Contrato) sempre que necessário.
10. Manter sigilo e confidencialidade.
11. Manter o(s) preço(s) unitário(s) até ao fim do contrato.
12. A título acessório o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sendo da sua conta as despesas de deslocação, alimentação, seguro e estadia do pessoal afeto à aquisição dos serviços, objeto do contrato, bem como seguro e transporte de materiais, se for o caso.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Encargos gerais**

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do contrato, são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.
  2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato.
  3. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.
-

4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer despesas resultantes da aquisição das garantias do bom e pontual cumprimento do contrato.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. A entidade adjudicante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sever do Vouga, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### **Preço contratual**

Pela aquisição de bens e serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

#### Cláusula 9.<sup>a</sup>

##### **Condições de Pagamento**

1. Não há lugar a pagamentos adiantados ao adjudicatário.
2. As quantias devidas pelo Município de Sever do Vouga, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas de acordo com o plano de pagamentos, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Sever do Vouga, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicante, por escrito, os respetivos fundamentos,

---

ficando a entidade adjudicante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.

#### Cláusula 10.<sup>a</sup>

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento, mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações emergentes ao contrato, por facto imputável ao adjudicatário, o Município de Sever do Vouga, pode exigir-lhe o pagamento de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso dos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos, pode ser aplicada uma sanção de valor pecuniário até 0,5% do valor contratual, por cada ocorrência;

b. Pela mora no cumprimento das obrigações contratuais, pode ser aplicada uma sanção de valor pecuniário, cujo montante será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VS = 0,0025 \times V \times DA$$

Em que:

VS= valor da sanção contratual em euros

V= valor do contrato/serviço

DA=número de dias em incumprimento

2. O valor da sanção contratual a aplicar é descontado na fatura imediatamente seguinte ou nos créditos em posse do adjudicatário.

3. O valor acumulado da aplicação de sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual sem prejuízo da entidade adjudicante poder resolver o contrato, nos termos da cláusula 12.<sup>a</sup>.

a. No caso em que seja atingido o limite previsto no número anterior e na circunstância do Município de Sever do Vouga decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

#### Cláusula 11.<sup>a</sup>

##### **Casos Fortuitos e Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte no caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, no caso de se verificarem os pressupostos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

---

3. Não constituem força maior, designadamente:

3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

3.2. Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

3.4. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

3.5. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;

3.6. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, o Município de Sever do Vouga pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no atraso, total ou parcial, da aquisição dos serviços objeto do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Sever do Vouga.

3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos da Cláusula 15.<sup>a</sup>.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do adjudicatário**

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e pela forma prevista no artigo 332.º do CCP.

2. Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Sever do Vouga, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao



---

abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Caução/Retenção**

De acordo com o número 2 do art.º 88.º do CCP, não será exigida a aquisição da caução, uma vez que o valor contratual é inferior a € 500.000,00.

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços, a cobertura através de contratos de seguro:
  - a. De acidente de trabalho do pessoal afeto a execução do contrato;
  - b. O prestador de serviços obriga-se a efetuar seguro do seu pessoal, cujas apólices de seguro deverão cobrir acidentes de trabalho, doenças profissionais e responsabilidade civil, mantendo-se atualizadas até ao final do contrato;
  - c. Transporte de bens afetos a execução do contrato, se aplicável;
2. O Município de Sever do Vouga pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário, apresentá-los no prazo de cinco dias.
3. O adjudicatário é responsável por si e pelo seu pessoal e por eventuais prejuízos causados aos espaços onde executarem os serviços relativos a este procedimento ou por qualquer irregularidade que ocorrer, ficando sujeito aos regulamentos em vigor.

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Responsabilidade das partes**

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Subcontratação**

A subcontratação contratual pelo adjudicatário depende da autorização expressa da entidade adjudicante, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.<sup>a</sup>

**Cessão da posição contratual pelo adjudicatário**

1. A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante.
-

2. A autorização da cessão da posição contratual prevista no número anterior depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário exigidos ao adjudicatário nos termos do Programa de Concurso.
3. Para efeitos da autorização da cessão da posição contratual o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos referidos no número anterior.
4. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. O decurso do prazo previsto no número anterior sem que a entidade adjudicante tenha emitido decisão sobre o pedido formulado equivale ao seu indeferimento.

Cláusula 19.<sup>a</sup>

**Foro Competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Territorial competente.

Cláusula 20.<sup>a</sup>

**Deveres de informação**

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra, de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, e previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Notificações e comunicações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das entidades contraentes.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a suas contagens às regras previstas no art.º 471.º do CCP.

---

Cláusula 23.<sup>a</sup>

**Confidencialidade e segurança da informação**

1. As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O Fornecedor/prestador de serviços obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Execução do RGPD existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados – Acordo de Tratamento de Dados Pessoais» a este procedimento caderno de encargos e que dele faz parte integrante.

Cláusula 24.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

1. A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislações subsidiárias, bem como legislação distinta nas cláusulas específicas.
  2. Em especial Lei N.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada pela Lei N.º 42/2012, de 28 de agosto e pela Lei N.º 3/2014, de 28 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico da Promoção e Prevenção da Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria N.º 71/2015, de 10 de março, que aprovou o modelo de ficha de aptidão. Serão ainda aplicáveis as normas, regras técnicas e códigos éticos e deontológicos adequados.
-

## **PARTE II**

### **CLÁUSULAS ESPECÍFICAS E TÉCNICAS**

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Enquadramento**

A proteção da saúde dos trabalhadores, a prevenção de doenças ocupacionais, o controlo dos riscos profissionais e o acesso dos trabalhadores a serviços de Saúde Ocupacional são os principais focos da missão da medicina do trabalho, contribuindo para o bem-estar físico e mental dos trabalhadores e para a melhoria contínua das condições de saúde e a interação saudável entre as pessoas e, destas, com seu ambiente social e o trabalho.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Objetivo**

O presente procedimento tem por objetivo transferir a competência cometida a entidade empregadora pública na garantia e organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho, nos termos da Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, alterada pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro de acordo com o previsto no artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

As cláusulas que se seguem compreendem as cláusulas específicas e técnicas que devem ser cumpridas na aquisição de serviços para segurança e saúde no trabalho, objeto do contrato.

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

##### **Atividades Principais**

1. O serviço de segurança e de saúde no trabalho deve tomar as medidas necessárias para prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores, nomeadamente:
  - 1.1. Planear a prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
  - 1.2. Proceder à avaliação dos riscos, elaborando os respetivos relatórios;
  - 1.3. Elaborar o plano de prevenção de riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação específica;
  - 1.4. Participar na elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
  - 1.5. Colaborar na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e na manutenção de equipamentos de trabalho;
  - 1.6. Supervisionar o aprovisionamento, a validade e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança;
  - 1.7. Realizar exames de vigilância da saúde, elaborando os relatórios e as fichas, bem como organizar e manter atualizados os registos clínicos e outros elementos informativos relativos ao trabalhador;
  - 1.8. Desenvolver atividades de promoção da saúde;

- 
- 1.9. Coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;
  - 1.10. Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis;
  - 1.11. Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da segurança e saúde no trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
  - 1.12. Conceber e desenvolver o programa de formação sobre a política da entidade adjudicante em termos de ambiente, saúde e segurança, nomeadamente quanto aos planos de resposta em caso de emergência, medidas de saúde, segurança e higiene no trabalho, bem como relativas às operações relevantes que se realizem nas diversas instalações, em especial no que se refere aos fluxos específicos de resíduos geridos nas instalações, nomeadamente: RCD, REEE e Pilhas e Acumuladores.
  - 1.13. Apoiar as atividades de informação e consulta dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores;
  - 1.14. Assegurar ou acompanhar a execução das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
  - 1.15. Organizar os elementos necessários às notificações obrigatórias;
  - 1.16. Elaborar as participações obrigatórias em caso de acidente de trabalho ou acidente profissional;
  - 1.17. Coordenar ou acompanhar auditorias e inspeções internas;
  - 1.18. Analisar as causas de acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais, elaborando os respetivos relatórios;
  - 1.19. Recolher e organizar elementos estatísticos relativos à segurança e à saúde no trabalho.
  2. O serviço de segurança e de saúde no trabalho deve manter atualizados, para efeitos de consulta, os seguintes elementos:
    - 2.1. Resultados das avaliações de riscos profissionais;
    - 2.2. Lista de acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem ou que revelem indícios de particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
    - 2.3. Relatórios sobre acidentes de trabalho que originem ausência por incapacidade para o trabalho ou que revelem indícios de particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
    - 2.4. Lista das situações de baixa por doença e do número de dias de ausência ao trabalho, a ser remetida pelo serviço de pessoal e, no caso de doenças profissionais, a relação das doenças participadas;
    - 2.5. Lista das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelo serviço de segurança e de saúde no trabalho.
  3. Quando as atividades referidas nos números anteriores implicarem a adoção de medidas cuja concretização depende essencialmente de outros responsáveis da empresa, o serviço de segurança e de saúde no trabalho deve informá-los sobre as mesmas e cooperar na sua execução.
  4. O empregador deve respeitar a legislação disciplinadora da proteção de dados pessoais.
  5. O empregador deve manter a documentação relativa à realização das atividades a que se referem os números anteriores à disposição das entidades com competência inspetiva durante cinco anos.
  6. Constitui contraordenação grave a violação do disposto no presente artigo.
-

- 
7. A responsabilidade contraordenacional pela violação do disposto nos n.ºs 1 a 3 recai sobre:
- 7.1. O serviço externo de segurança e saúde que viole os deveres em causa, sem prejuízo do disposto no n.º 14 do artigo 15.º;
- 7.2. O empregador em empresa onde o serviço comum de segurança e saúde violou os deveres em causa;
- 7.3. O empregador, sempre que a violação tenha sido praticada por serviço interno da empresa.

Cláusula 28.<sup>a</sup>

**Serviço de segurança no trabalho**

As atividades técnicas de segurança e higiene no trabalho são as definidas em legislação própria, nomeadamente:

1. Visita regular às instalações de trabalho.
2. Auditoria para levantamento da estrutura local, verificação das condições de trabalho, níveis de ruído, níveis de poeiras, intensidade luminosa, ventilação/climatização, meios de primeira intervenção, meios de combate contra vetores e ergonomia dos postos de trabalho, com **elaboração do respetivo relatório**, o qual tem como finalidade o levantamento sistemático e periódico das condições de trabalho existentes confrontando com a legislação aplicável.
3. Proceder à elaboração do relatório relacionado com a **Análise de Riscos**, que consiste na deteção, identificação, avaliação e quantificação dos riscos em presença, tendo como objetivo promover condições de trabalho adequadas proporcionando desta forma o bem-estar dos trabalhadores através da adoção de medidas de prevenção e medidas corretivas adequadas.
4. Estudo de sinalização de Segurança necessária e obrigatória, com elaboração do relatório, sugerindo as intervenções de sinalização a realizar e acompanhamento na afixação nos locais apropriados.
5. Informação sobre os riscos relativos à segurança e saúde com vista à prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.
6. Elaboração de relatórios sobre acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho.
7. Preenchimento do Anexo D do Relatório Único na plataforma adotada pelo adjudicatário.
8. Registo de formação ministrada a todos os funcionários sobre a política da empresa em termos de ambiente, saúde e segurança, nomeadamente quanto aos planos de resposta em caso de emergência, medidas de saúde, segurança e higiene no trabalho, bem como relativas às operações relevantes que se realizem na instalação, em especial no que se refere aos fluxos específicos de resíduos geridos na instalação, nomeadamente: RCD, REEE e Pilhas e Acumuladores.

Cláusula 29.<sup>a</sup>

**Garantia do Serviço**

1. A atividade dos serviços de segurança deve ser assegurada regularmente no próprio estabelecimento durante o tempo necessário.
2. A afetação dos técnicos superiores ou técnicos às atividades de segurança no trabalho, por empresa, é estabelecida nos seguintes termos:

- 
- 2.1. Em estabelecimento industrial – até 50 trabalhadores, um técnico, e acima de 50, dois técnicos, por cada 1500 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior;
  - 2.2. Nos restantes estabelecimentos – até 50 trabalhadores, um técnico, e acima de 50, dois técnicos, por cada 3000 trabalhadores abrangidos ou fração, sendo pelo menos um deles técnico superior.
  3. O organismo competente para a promoção da segurança e saúde no trabalho do ministério responsável pela área laboral pode determinar uma duração mais alargada da atividade dos serviços de segurança em estabelecimento em que, independentemente do número de trabalhadores, a natureza ou a gravidade dos riscos profissionais, bem como os indicadores de sinistralidade, se justifique uma ação mais eficaz.
  4. A afetação prevista no número anterior não poderá ser inferior a 7 horas semanais.
  5. Para além da afetação prevista no número anterior, o prestador de serviço deverá prestar o devido acompanhamento sempre que necessário, por exemplo em caso de acidentes de trabalho e doença profissional.
  6. Mediante o plano de trabalhos ou o outro agendamento entre as partes, o prestador de serviços deverá comunicar à entidade adjudicante, com uma antecedência razoável, para que esta providencie os recursos, nomeadamente o gabinete mais adequado para a atividade agendada.
  7. Constitui contraordenação grave a violação do disposto nos números anteriores.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

**Serviços de saúde no trabalho**

1. A responsabilidade técnica do serviço da saúde cabe a um médico do trabalho, devidamente licenciado com especialidade de medicina do trabalho reconhecida pela Ordem dos Médicos, sem prejuízo do disposto do artigo 103.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação.
    - 1.1. O empregador deve promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que esta é prestada do mesmo.
  2. A realização de consultas de vigilância da saúde e de exames de saúde adequados a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua função, de acordo com o previsto no artigo 108.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, designadamente:
    - 2.1. Exames de admissão, antes do início da prestação de trabalho ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes.
  3. Exames periódicos, anuais para os menores e para os trabalhadores com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores.
  4. Exames ocasionais, sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva da saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois da ausência superior a 30 dias por motivos de doença ou acidente.
  5. Os exames médicos mencionados no número anterior devem incluir, no mínimo, a realização dos seguintes exames complementares de diagnóstico para todos os trabalhadores:
    - Clínico/Observação médica;
-

- Inquérito sobre os antecedentes profissionais, clínicos e familiares;
- Biometria (altura, peso);
- Eletrocardiograma em repouso: avaliação cardíaca;
- Rastreio oftalmológica: avaliação visual;
- Avaliação da tensão arterial;
- Análises à urina e ao sangue, assegurando o controlo de hemograma, velocidade de sedimentação;
- Glicemia em jejum, colesterol total, LDL e HDL, triglicéridos, creatinina, ureia, ácido úrico e urina tipo II;
- Vigilância do boletim de vacinas;
- Avaliação Funcional Respiratória;
- Audiograma;
- Espirometria.

6. Para os trabalhadores com idade igual ou superior a 50 anos devem ser realizados, no mínimo anualmente, os seguintes exames médicos complementares:

- Eletrocardiograma;
- Avaliação do tronco e membros.

7. Apresentação de proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores.

8. Preenchimento e emissão de fichas de aptidão individuais, face aos resultados dos exames médicos, enviando cópia das mesmas para o responsável dos recursos humanos do Município até 5 dias da sua emissão.

9. A avaliação dos riscos de doença profissional e a definição de exames auxiliares de diagnóstico, por grupo de risco.

10. Realização de visitas aos locais de trabalho (vide Mapa – Instalações Municipais), com elaboração de relatório da visita, com o objetivo de avaliar as condições da saúde nos locais de trabalho, em colaboração com os representantes do Município na área da segurança e higiene no trabalho, bem como a elaboração de propostas e recomendações para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores observadas, constituindo um diagnóstico precoce de doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho.

11. Apresentação de proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores.

12. A realização, em instalações do Município, de pelo menos quatro iniciativas anuais de promoção da saúde no local de trabalho, que fomentem práticas de trabalho saudáveis e seguras e estilos de vidas saudáveis, cuja proposta deverá ser apresentada nos primeiros seis meses, a submeter a aprovação.

#### Cláusula 31.<sup>a</sup>

##### **Resultados dos exames**

Os resultados dos exames indicados na cláusula anterior deverão ser entregues aos colaboradores, mediante pedido realizado pelo responsável dos serviços.



---

Cláusula 32.<sup>a</sup>

**Garantia mínima de funcionamento do serviço de saúde no trabalho**

1. O médico do trabalho deve prestar atividade durante o número de horas necessário à realização dos atos médicos, de rotina ou de emergência e outros trabalhos que deva coordenar.
2. O médico do trabalho deve conhecer os componentes materiais do trabalho com influência sobre a saúde dos trabalhadores, desenvolvendo para este efeito a atividade no estabelecimento nos seguintes termos:
  - 2.1. Em estabelecimento industrial ou estabelecimento de outra natureza com risco elevado, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 10 trabalhadores ou fração;
  - 2.2. Nos restantes estabelecimentos, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração.
3. Se o número de trabalhadores vier a aumentar no decorrer da vigência do contrato, até ao limite de 200 trabalhadores, o número de horas do médico e do enfermeiro do trabalho deverá ser ajustado, sem qualquer custo adicional para o Município.

Cláusula 33.<sup>a</sup>

**Formação**

1. Desenvolver um programa de formação sobre a política da entidade adjudicante em termos de ambiente, saúde e segurança, nomeadamente quanto aos planos de resposta em caso de emergência, medidas de saúde, segurança e higiene no trabalho, bem como relativas a operações relevantes que se realizem nas diversas instalações, em especial no que se refere aos fluxos específicos de resíduos geridos nas instalações, nomeadamente: RCD, REEE e Pilhas e Acumuladores.
2. A realização de ações de formação, ministrada por pessoal habilitado para o efeito, no mínimo de 105 horas durante o contrato, no âmbito, designadamente da promoção de saúde no trabalho, medidas de autoproteção, higiene, segurança e prevenção de riscos no trabalho, com emissão de certificados, cujo respetivos conteúdos programáticos deverão ser articulados com os serviços dos recursos humanos, durante a vigência do contrato, sendo as instalações a disponibilizar pelo Município.
3. Registo de formação Ministrada a todos os funcionários.
4. Horas de Formação: 105 horas em contexto presencial ou em último caso em formato adaptado a acordar com o Município.
5. As 105 horas, poderão ser repartidas em 35 horas anuais de formação ou outro plano a calendarizar num acordo entre as partes.

Cláusula 34.<sup>a</sup>

**Serviços a prestar no âmbito do serviço de medicina curativa**

1. As consultas têm como principal objetivo resolução de problemas súbitos e crónicos prescrição de receitas e aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde.
  2. O serviço de Medicina Curativa (Portaria n.º 137-A/2012), consiste na realização de consultas de clínica geral aos funcionários da autarquia:
-

- 2.1. Promover o benefício para a saúde e qualidade de vida do trabalhador, evitando ausências prolongadas em deslocações ao médico assistente.
- 2.2. Resolução de problemas súbitos.
- 2.3. Prescrição de receitas.
- 2.4. Prescrição de receitas para familiares agregados ao trabalhador pela ADSE ou outro sistema de saúde inscrito.
- 2.5. Aconselhamento médico sobre boas práticas de saúde.

Cláusula 35.<sup>a</sup>

**Periodicidade dos serviços de medicina curativa**

1. As consultas médicas terão de ser realizadas impreterivelmente, no período de 2 horas, das 14:00 às 16:00 todas as sextas-feiras.
2. Sempre que haja necessidade de alterações e/ou substituições do médico da medicina curativa o prestador do serviço deverá informar a entidade adjudicante.
3. Sempre que o dia semanal escolhido no ponto 1 seja feriado, a realização da medicina curativa poderá ser reagendada com antecedência desde que o justifique.
4. Em caso de inexistência de marcações por parte dos trabalhadores do município, o Município de Sever do Vouga, informa ao adjudicatário que não haverá esse serviço.

Cláusula 36.<sup>a</sup>

**Local de prestação dos serviços**

1. Os serviços, objeto do contrato poderão ser prestados em:
  - 1.1. Instalações próprias do prestador de serviços, desde que dista no máximo de 2 km da sede do Município.
  - 1.2. Instalações do contraente público, instalado no Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga.
    - 1.2.1. O Município de Sever do Vouga tem ao dispor instalações para os serviços de SST e medicina curativa;
    - 1.2.2. Essas instalações deverão ser alvo de vistoria por parte do adjudicatário e, em caso de não terem todo o material/equipamento necessário, o mesmo será da responsabilidade do adjudicatário;
  - 1.3. Unidade móvel de consultas, só poderá ser utilizada se devidamente equipada de acordo com os requisitos estabelecidos na lei e desde que autorizado pela entidade adjudicante e outras autoridades competentes.
  - 1.4. As análises e demais exames a efetuar ao abrigo do contrato, que não possam ser realizados nos locais acima indicados, deverão ser efetuadas em laboratório/unidades de saúde devidamente credenciadas para o efeito sediadas no Concelho de Sever do Vouga.

Cláusula 37.<sup>a</sup>

**Meios Humanos/Equipa Técnica**

1. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do prestador de serviços são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes

---

coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.

2. A constituição da equipa de pessoal do prestador de serviços, será a que melhor se adapte às necessidades de desenvolvimento das ações e tarefas incluídas no âmbito do contrato, integrando as categorias e classes profissionais que forem necessárias à consecução das mesmas.

3. A equipa deverá ser constituída pelos técnicos e nos regimes mínimos de afetação seguintes:

<b>Qt.</b>	<b>Elementos da equipa</b>	<b>Habilitações Mínimas</b>	<b>Afetação</b>
1	Médico de Medicina Geral (para consultas de medicina geral)	Licenciatura em Medicina, especialidade Medicina Geral e Familiar, reconhecida pela Ordem dos Médicos	2 horas por semana
1	Médico de Medicina do Trabalho (para consultas de medicina no trabalho)	Licenciatura em Medicina, especialidade Medicina do Trabalho, reconhecida pela Ordem dos Médicos	6 horas por mês
1	Enfermeiro (para realização de análises/exames)	Licenciatura em Enfermagem	6 horas por mês
1	Segurança no Trabalho (para realização de vistorias aos edifícios/locais de trabalho)	Possuir Certificado de Formação de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho e ter experiência mínima de 3 anos na área	Vistorias anuais a todos os edifícios da CMSV de acordo com o CE
1	Formador (para realização de ações de formação)	Técnico habilitado para realizar ações de formação, nomeadamente em áreas de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	105 horas anuais

4. Se por motivo de doença ou outro for necessária a substituição de qualquer elemento da equipa técnica, o adjudicatário submeterá à apreciação a Entidade Adjudicante a sua substituição por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior.

#### Cláusula 38.<sup>a</sup>

##### **Acompanhamento da execução do contrato**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário obriga-se a manter, reuniões de coordenação com os representantes do Contraente Público, com uma periodicidade semestral das quais deve ser lavrada ata, que deve ser assinada por todos os intervenientes na reunião.

---

2. As reuniões previstas no número anterior serão precedidas de convocação por escrito por parte da Primeira Outorgante, onde deve constar a agenda prévia para cada reunião.

3. Sem prejuízo da realização das reuniões de acompanhamento referidas no n.º 1, o Contraente Público, sempre que entender necessário, solicitar ao adjudicatário os esclarecimentos de quaisquer questões relacionadas com o objeto ou a forma da prestação de serviços.

4. O desenvolvimento da atividade de medicina, pelo adjudicatário, bem como os trabalhos a realizar e os documentos a produzir serão acompanhados e carecem da aprovação formal da Contraente Público.

5. O acompanhamento e gestão do processo para cumprimento do presente contrato, em representação do Contraente Público cabe ao Departamento de Recursos Humanos, sendo posteriormente indicado o nome do gestor do contrato para os devidos efeitos.

#### Cláusula 40.<sup>a</sup>

##### **Duração do contrato**

O contrato tem a duração de 1095 dias 36 (meses), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato e tem início na data da assinatura do contrato, caso este seja reduzido a escrito, ou após a comunicação da adjudicação contrato.

#### Cláusula 41.<sup>a</sup>

##### **Plano de pagamentos**

Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 9.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> do caderno de encargos, o plano de pagamentos será efetuado após bom cumprimento do contrato nos seguintes termos:

1. As quantias devidas pelo Município de Sever do Vouga, devem ser pagas, no prazo de 30 dias, após a receção da respetiva fatura, a qual deve ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, **MENSALMENTE**.

i. No mesmo dia ou simultaneamente, deverá entregar um relatório das tarefas executas.

2. As quantias devidas pelo Município de Sever do Vouga, devem ser pagas no prazo de 60 dias, após a receção da respetiva fatura, a qual deve ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Sever do Vouga, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, contando-se o prazo indicado no número anterior a partir da data de receção desta última.

4. Desde que devidamente emitida e observado o cumprimento definido, a fatura será paga através de Transferência Bancária.

5. A plataforma de faturação eletrónica utilizada pelo Município de Sever do Vouga a solução da Saphety.

#### Cláusula 40.<sup>a</sup>

##### **Preço Base**

1. O preço base para efeito de escolha do procedimento é de **€ 57.600,00** (cinquenta e sete mil e seiscentos euros) para os três anos.

- 
2. Os valores indicados no ponto anterior não incluem IVA.
  3. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto do contrato.
-

### Dados de Referência

1. Os dados de referência são dados recolhidos nesta data e podem variar, principalmente, no número de trabalhadores, durante a vigência do contrato.

2. Universo dos trabalhadores do Município:

Com idade igual ou inferior a 49 anos (risco baixo)	71
Com idade igual ou inferior a 50 anos (risco elevado)	130

3. Distribuição: Edifícios/Atividades

Edifício	Dim./m <sup>2</sup>	N.º Pisos	Atividade	Nº colaboradores
Sede	600	2	Administrativo/Técnico	21
Gabinete de Ação Social	116	R/C	Administrativo/Técnico	4
Gabinetes Técnicos	812	2	Administrativo/Técnico	17
Armazém	603	1	Administrativo/Técnico	1
Armazém/ Inst. Municipais			Exterior/Operacional	4
Armazém/ Obras Municipais			Exterior/Operacional	17
Armazém/ Cantoneiros			Exterior/Operacional	8
CAE	1040	2	Administrativo/Técnico	4
VougaPark	9000	5	Administrativo/Técnico	4
Campo Municipal dos Padrões		N/A	Exterior/Operacional	0
Veterinário Municipal			Administrativo/Técnico	1
Desporto			Administrativo/Técnico	3
Museu	400	1	Administrativo/Técnico	3
Biblioteca	1054	2	Administrativo/Técnico	7
Turismo	116	R/C	Adm./Técnico e Operacional	2
Piscina		2	Adm./Técnico e Operacional	3
Tribunal			Administrativo/Técnico	1
Centro de Saúde	1278		Operacional	3
Escolas – Quadro seguinte	várias	1 ou 2	Adm./Técnico e Operacional	98

---

<b>Imóvel</b>	<b>Pessoal Afeto</b>	<b>Descrição</b>
Escola Básica e Jardim de Infância de Cedrim do Vouga	3	Edifício R/C e 1.º Andar + Cantina
Jardim de Infância de Sever do Vouga	6	Edifício R/C + Cantina
Centro Escolar e Jardim de Infância	13	Edifício R/C + Cantina
Jardim de Infância da Senhorinha	3	Edifício R/C + Cantina
Escola Básica de Paradela do Vouga	2	Edifício R/C + Cantina
Jardim de Infância de Silva Escura	3	Edifício R/C + Cantina
Jardim de Infância de Talhadas	3	Edifício R/C + Cantina
Escola Básica de Talhadas	2	Edifício R/C + Cantina
Escola Básica e Jardim de Infância de Rocas do Vouga	5	Edifício R/C + Cantina

---

---

ANEXO VIII – Acordo de Tratamento de Dados Pessoais

---

**CONFORMIDADE COM O RGPD**

**REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS**

**Introdução**

**Definições no quadro do RGPD e da LPDP**

**1. NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

**2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO**

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

**3. SUBCONTRATANTE**

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

**Cláusula 1ª**

**(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.
2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

**Cláusula 2ª**

**(Responsável pelo tratamento e subcontratante)**

No âmbito do Contrato celebrado entre o Município de Sever do Vouga e o Fornecedor, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, o Município de Sever do Vouga será a entidade responsável pelo tratamento e o Fornecedor será o SUBCONTRATANTE,

---



de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

### **Cláusula 3ª**

#### **(Medidas técnicas e organizativas)**

O SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

### **Cláusula 4ª**

#### **(Sub-subcontratação)**

1. O SUBCONTRATANTE não está autorizado a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, o SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste Anexo Único, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
4. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
5. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

### **Cláusula 5ª**

#### **(Termos de vinculação)**

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este Anexo Único.

---

#### **Cláusula 6ª**

##### **(Circulação e transferência de dados pessoais)**

O SUBCONTRATANTE não está autorizado, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

#### **Cláusula 7ª**

##### **(Compromisso de confidencialidade)**

O SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

#### **Cláusula 8ª**

##### **(Medidas de segurança)**

1. O SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
  2. Entre outras, o SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:
    - a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;
    - b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
    - c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
    - d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
  3. O SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.
  4. O SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.
-

## **Cláusula 9ª**

### **(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)**

1. O SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.
2. O SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigado a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.
3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes ao Contrato, o SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.
4. O SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

## **Cláusula 10ª**

### **(Assistência à responsável pelo tratamento)**

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, o SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:
-

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

#### **Cláusula 11ª**

##### **(Conservação dos dados)**

1. O SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.
2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, o SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

#### **Cláusula 12ª**

##### **(Dever de prestar informações)**

1. O SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em especial, o SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o Contrato ou este Anexo Único ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

#### **Cláusula 13ª**

##### **(Auditorias e inspeções)**

O SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito do Contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

#### **Cláusula 14ª**

##### **(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)**

O SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

---

## **Cláusula 15ª**

### **(Registos das atividades de tratamento)**

1. O SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.
2. Deste registo deverá constar:
  - a) O nome e contactos do SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;
  - b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
  - c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
  - d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.
3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.
4. O SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes, devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

## **Cláusula 16ª**

### **(Dever de cooperação)**

O SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

## **Cláusula 17ª**

### **(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)**

1. O SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.
  2. Em caso de violação de dados pessoais, o SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
-

3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.
4. A notificação referida deve, pelo menos:
  - a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
  - b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
  - c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
  - d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pelo SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.
6. O SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

#### **Cláusula 18ª**

##### **(Responsabilidade e indemnizações)**

O SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

#### **Cláusula 19ª**

##### **(Encarregado da Proteção de Dados)**

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, o SUBCONTRATANTE pode entrar em contacto com o Encarregado da Proteção de Dados através do correio eletrónico [protecao.dados@cm-sever.pt](mailto:protecao.dados@cm-sever.pt), descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta. O Encarregado da Proteção de Dados do SUBCONTRATANTE pode ser contactado através do correio eletrónico [EMAIL GPD – [NOME DE SUBCONTRATANTE]].

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.

---